

## Editorial

## O CAMINHO DO MEIO

O presidente Lula tem um novo problema para resolver: sancionar ou vetar parte da MP que regulariza a propriedade de 67 milhões de hectares de terras públicas na Amazônia Legal. Os ambientalistas, tendo à frente o ministro Carlos Minc e a ex-ministra Marina Silva, do Meio Ambiente, pedem ao presidente que veto.

A questão é delicada para o presidente porque foi seu próprio governo, por meio da Secretaria de Assuntos Estratégicos, cujo titular é o ministro Mangabeira Unger, que emitiu a medida provisória. A matéria tramitou regularmente pelos fóruns competentes, a Câmara e Senado, sendo aprovada com modificações nas duas Casas.

Agora, o movimento ambientalista pede a correção da medida, sob o argumento de que, do jeito que está, ela institucionaliza a grilagem e incrementa o desmatamento. Inclusive apelidou-a de MP da grilagem, forma que sempre foi eficiente quando se quer condenar algo que não está conforme os próprios interesses.

A polêmica põe em lados opostos desenvolvimentistas e ambientalistas, ambos representados dentro do próprio governo Lula. Para administrar esse conflito, a intervenção do próprio presidente seria indispensável, sobretudo para impedir o que vem ocorrendo, que é o embate público de seus “meninos”.

A ex-ministra Marina Silva afirma que a MP joga por terra um trabalho de 15 anos dos que combateram a grilagem e deram sustentação ambiental, social e econômica à Amazônia. Esse trabalho não foi capaz, no entanto, de impedir que a região continuasse a ser sistematicamente violentada, chegando à situação atual.

Assunto dessa importância não pode ser contaminado pelo radicalismo. A MP impõe uma lei, mesmo que imperfeita, àquele território. Até agora, os conflitos eram gerados justamente pela falta da lei. Predominava a do mais forte. Com a MP, os proprietários começarão por ser identificados, podendo ser responsabilizados.

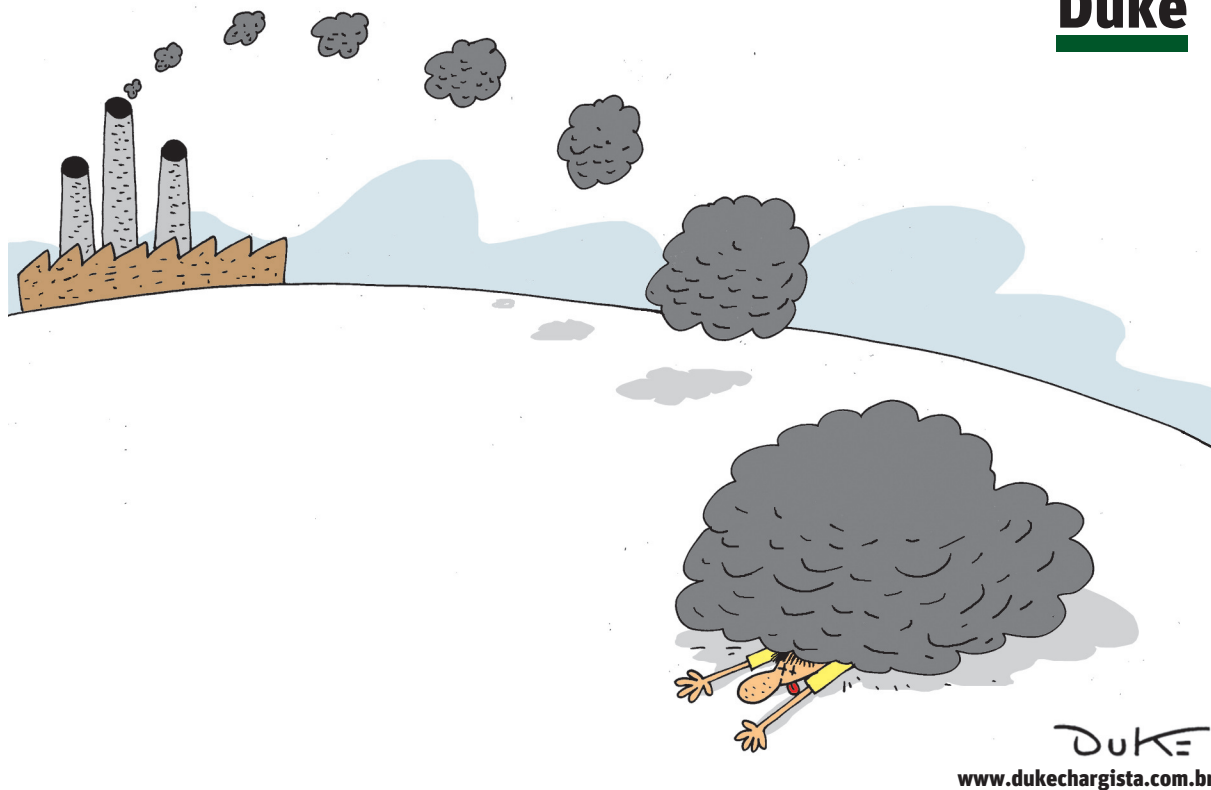
Hoje, ninguém sabe quem é grileiro e quem é posseiro. Só se sabe que a terra é pública.

## SEMPRE EDITORA LTDA

<b>FUNDADOR</b>	Vittorio Medioli
<b>PRESIDENTE</b>	Laura Medioli
<b>VICE-PRESIDENTE</b>	Luiz Alberto de Castro Tito
<b>DIRETOR EXECUTIVO</b>	Teodomiro Braga
<b>DIRETOR FINANCEIRO</b>	Marcos de Oliveira e Souza
<b>GERENTE COMERCIAL</b>	<b>EDITORA GERAL</b>
Rodrigo Simões	Lúcia Castro
<b>GERENTE DE MERCADO LEITOR</b>	<b>SECRETÁRIAS DE REDAÇÃO</b>
Ricardo Botelho	Michele Borges da Costa
<b>GERENTE INDUSTRIAL</b>	Regiane Marques Sampaio
Guilherme Reis	<b>ADJUNTA DA SECRETARIA DE REDAÇÃO</b>
<b>GERENTE ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO</b>	Aline Reskalla
Walmir Prado	<b>EDITORES</b>
<b>GERENTE DE MARKETING</b>	Primeira Página: Denner Taylor
Alessandra Soares	Opinião: Victor de Almeida
<b>CONSULTOR DE TECNOLOGIA</b>	Economia: Karlon Aredes
Marco Guinter	Política: Carla Kreefft
	Magazine: Silvana Mascagna
	Fotografia: Leonardo Lara
	Brasil/Mundo: Carla Chein
	Esportes: Rogério Tadeu
	Cidades: Robert Wagner

## O.PINIÃO

Duke



www.dukechargista.com.br



FÁTIMA OLIVEIRA

Médica

fatimaoliveira@ig.com.br

## A internação psiquiátrica que é necessária não é crime!

Não é fácil amar o desviante do padrão de normalidade

**A**inda sobre sofrendores mentais em “crise”, quando a família não consegue mais lidar com o estágio de descontrole da doença e busca um “meio médico” de alívio para seu doente e uma trégua para si, saltam aos olhos as interpretações distorcidas dos artigos do poeta Ferreira Gullar: “Uma lei errada” (FSP, 12.4.2009); “A sociedade sem traumas” (FSP, 26.4.2009); e “Os inumeráveis estados do ser” (FSP, 17.5.2009).

Gullar conviveu por meio século com dois filhos esquizofrênicos e construiu na dor credenciais morais para emitir a sua percepção de como a Política Nacional de Saúde Mental se concretiza no cotidiano das famílias e dos doentes. Não precisamos concordar, apenas admitir que falou do alto da experiência de pai-cuidador e que seus artigos brotam dum contexto especialíssimo: conhece a fundo o assunto. Embora ame a poesia do meu conterrâneo, não morro de amores pelo Gullar analista político, mas como ousar desqualificar uma voz de experiência de décadas?

É imoral quem nunca ardeu, queimou e renasceu das cinzas, como Fênix, na lida com um familiar transtornado mentalmente tentar desacreditar quem, em nome da ética da responsabilidade, cuida do seu dizendo: “este poeta se manifesta frontalmente contra a Política Nacional de Saúde Mental brasileira e declara seu apoio decidido às práticas de internação (...) e que o que está certo é a lógica manicomial que o Brasil está deixando para trás” (Luciano Elia, psicanalista, diretor do Laço Analítico e consultor do Ministério da Saúde para a Saúde Mental de Crianças e Adoles-

centes).

Ignorante da frase “Seja qual for o caminho que eu escolher, um poeta já passou por ele antes de mim” (in “Freud e os poetas”), tripudiu: “Não está sozinho, Gullar, e talvez não tenha tomado esta iniciativa de moto próprio, de moto solo. Há profissionais, em sua maioria psiquiatras sequiosos por retornar o curso retrógrado da assistência psiquiátrica”. Ora me compre um bo-de!

A lei nº 10.216 – que “Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas por-

**É cruel, mas é real. Gullar não declarou “apoio decidido às práticas de internação” e nem advogou pelo retorno das masmorras dos manicômios...**

tadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental” – diz, sem rodeios, que é um direito da pessoa portadora de transtorno mental: “I - ter acesso ao melhor tratamento do sistema de saúde, consentâneo às suas necessidades” (art. 2º, parágrafo único); e não se omite e nem criminaliza a internação necessária, ao contrário, a prevê: “Art. 6º. A internação psiquiátrica somente será realizada mediante laudo médico circunstanciado que caracterize os seus motivos. Parágrafo único. Tipos de internação psiquiátrica: I. internação voluntária; com o consentimento do usuário; II. interna-

ção involuntária; sem o consentimento do usuário e a pedido de terceiro; e III. internação compulsória: determinada pela Justiça”.

Não vamos dourar a pílula: não é fácil amar o desviante do padrão de normalidade, pois é extenuante amar a quem só dá trabalho. Atire a primeira pedra quem disser o contrário. É esperado que muitas famílias, no auge do desespero, acaltem o desejo de segregá-los ou de se “aliviar” por uns tempos “forçando a barra” para uma internação. Cotidianamente, vejo tais desejos de alívio no Pronto Socorro em relação a pessoas idosas, inválidas ou doentes terminais. É cruel, mas é real. Ferreira Gullar não declarou “apoio decidido às práticas de internação” e nem advogou pelo retorno das masmorras dos manicômios... O debate tem de elevar o nível para ser sério, pois “quando nem Freud explica, tente a poesia”!

